

Retrocessos e avanços

APESAR DA NOVA ONDA DE ARGUMENTOS INSENSATOS, O DEBATE ECONÔMICO MOSTRA MATURIDADE

Rogério L. Furquim Werneck*

A necessidade de lidar com pressões inflacionárias decorrentes da vigorosa recuperação do nível de atividade foi o que bastou para ensejar nova onda de críticas radicais à política macroeconômica do governo. Em meio às manifestações mais estridentes, ressurgiram com grande alarde velhos argumentos equivocados, para decepção de analistas mais otimistas, que chegaram a acreditar que, a essa altura dos acontecimentos, o debate já não comportaria posições tão primitivas. Ao mesmo tempo, contudo, neste país de surpresas e contrastes, o debate mostra também avanços inesperados, que há poucos meses seriam considerados altamente improváveis.

O retrocesso mais lamentável tem sido a tentativa de alguns analistas de desqualificar, como despropositado, um ponto absolutamente central da política macroeconômica, que é assegurar que, ao longo dos próximos anos, haja queda persistente e substancial do endividamento do setor público como proporção do PIB. Essa tentativa assume contornos ainda mais lamentáveis, ao vir acoplada à defesa arrebatada do “caminho argentino”, que supostamente conduziria a terra onde correm rios de leite e mel. O mais espantoso é que esse tipo de pregação tenha encontrado eco entre empresários que se crêem de vanguarda.

A necessidade de assegurar que o endividamento do setor público como proporção do PIB mostre queda persistente e substancial nos próximos anos é ponto mais do que elementar, que conta com amplo consenso entre economistas de tendências bastante diversas. Mesmo que possa haver dissenso acerca da melhor forma de manter o endividamento em trajetória de queda, é curioso, por exemplo, que os que defendem que a queda seja acelerada, formem um grupo bastante heterogêneo. Estão nele incluídos, claro, economistas que a mídia não teria dúvida em rotular de conservadores, que vêm defendendo já há algum tempo que o superávit primário do setor público seja elevado para 5 ou 6% do PIB. Mas o grupo inclui também economistas que fazem questão de se apresentar como “desenvolvimentistas” e que têm críticas severas à política fiscal do governo. Arguem que a meta fiscal tem sido excessivamente frouxa porque deveria estar balizada pela eliminação do déficit nominal do setor público. Se adotada em 2004, tal política exigiria superávit primário da ordem de 7% do PIB.

É bem provável que, com um superávit primário entre 4 e 5% do PIB, mantido ao longo de vários anos, já seja possível reduzir de forma bastante significativa os indicadores de endividamento do setor público, especialmente quando se leva em conta a possibilidade de que essa redução seja reforçada por círculo virtuoso, marcado por taxas de juros cada vez mais baixas e taxas de crescimento econômico sustentáveis

mais elevadas. A verdade, contudo, é que há amplo espaço para visões divergentes sobre o que terá de ser feito para reduzir em boa medida a dívida do setor público como proporção do PIB. Mas não há dúvida de que essa redução é passo fundamental para se criar condições propícias a um processo de crescimento duradouro a taxas relativamente altas.

Nos últimos dois anos, o País passou por penoso e importante rito de passagem. Hoje, o que se costuma chamar de *common ground*, o terreno, no campo das idéias, compartilhado entre governo e oposição, é muito mais amplo do que no Brasil de 2002. Pelo menos no que diz respeito a princípios básicos de condução da política macroeconômica. E foi isso que criou condições para a superação do grave quadro de instabilidade vivido pelo País há apenas dois anos e para a evolução tão favorável dos indicadores de desempenho macroeconômico observada nos últimos meses. É uma lástima, portanto, que a essa altura dos acontecimentos, quando o País já está em plena colheita dos frutos de uma política econômica acertada, haja quem se disponha a desqualificar um pilar básico desse consenso, que perpassa a maior parte do espectro político relevante.

Não vai faltar quem alegue que idéias estapafúrdias a esse respeito estão fadadas a não ter maiores repercussões. Que simplesmente não são levadas a sério no debate que realmente importa. Infelizmente, o problema parece ser um tanto mais complexo. É bem sabido que parte importante da coalizão governista jamais conseguiu abandonar sua resistência visceral, velada ou ostensiva, à política econômica do governo. E parece disposta a se agarrar a qualquer caraminhola que lhe seja apresentada, desde que sirva para dar alento a essa resistência. Até mesmo uma malcozida receita de peronismo tupiniquim com toque salvacionista. Ainda que idéias desse tipo em nada afetem a convicção da cúpula do governo, a verdade é que ampliam os custos políticos de assegurar que a política econômica não seja amplamente contestada no âmbito da heterogênea coalizão que supostamente lhe dá apoio.

Em contraste com retrocessos do debate, é importante assinalar que também tem havido avanços da maior importância. Quem diria, há poucos meses, que o governo estaria a essa altura anunciando elevação significativa do superávit primário? Foi surpreendente que, em tão pouco tempo, a discussão sobre a possibilidade de se usar a política fiscal para deixar menos sobrecarregada a política monetária, no controle de curto prazo da demanda, já tenha dado lugar a decisões concretas. A elevação do superávit primário para 4,5% do PIB não vai propriamente cortar demanda. Vai simplesmente sustar a elevação de demanda que fatalmente adviria da obediência estrita à meta de 4,25% do PIB, na medida em que isso significaria aumento substancial de gastos públicos nesse final de ano. É por esse lado que propicia alívio à política monetária. Mais importante do que esse efeito em si é o fato de que o País passa a contar com um regime bem menos rústico de gestão da política macroeconômica de curto prazo, no qual a política fiscal passa a ter papel mais ativo.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.